



CULTURA PROFISSIONAL

A DEFESA CONTRA DESEMBARQUES AÉREOS

(Comunicação do Exmo. Sr. Brigadeiro NUNES DA SILVA, na Sessão Conmemorativa do 104º Aniversário da "Revista Militar".)

Transcrito, "data vênia", da "Revista Militar", de Portugal.



UM futuro conflito, as Nações terão todo o seu território exposto aos ataques do adversário. A zona de perigo não se limitará à frente de combate;

a luta poderá envolver inesperada e violentamente toda a população, mesmo a que vive nos lugares mais fastados, e, isto, porque a aviação e os *projéteis dirigidos* poderão atingir as mais remotas regiões.

Dois novidades, derivadas do desenvolvimento daqueles dois meios, nos trouxe a última conflagração e que merecem o maior cuidado e atenção da nossa parte. São elas:

- as tropas desembarcadas do ar, e
- a arma atômica.

Esta última é uma descoberta científica aplicada ao campo militar. As primeiras são um invento genuinamente militar sem quaisquer visos científicos.

Não me permitindo o tempo de que posso legitimamente dispor, nesta sessão, de tratar destas duas novidades, dedicarei a minha atenção apenas às tropas desembarcadas do ar.

Como tropas *desembarcadas do ar*, consideraremos, neste trabalho, todas as que, sendo transportadas pelo ar, dispõem de material e de pessoal especificamente instruído e são concebidas e organizadas de modo a poderem combater logo que cheguem ao solo.

Se utilizam pára-quadras para aterrar, dá-se-lhes o nome de *troças pára-quadristas*.

Se desembarcam no solo dos próprios aviões ou planadores que as transportam, chamam-lhes-emos *troças aeroterrestres*, para as distinguir das aerotransportadas que são as normais que, como meio de transporte, utilizam o avião, tal como o comboio ou o automóvel, e desembarcam numa testa de ponte aérea pré-estabelecida e de certo modo consolidada.

Auxiliadas pela técnica da aviação, as tropas desembarcadas do ar podem empregar-se sem quaisquer limitações e em qualquer lugar, e, no futuro, representarão um papel muito mais importante do que no passado.

Os atuais e os previstos aperfeiçoamentos da sua organização e impedimenta, aumentando-lhes as suas possibilidades, proporcionarão aos comandantes destas tropas, meios bem mais importantes do que os de que dispuzeram os seus predecessores.

E se a luta que elas desenvolverão pode alcançar a todos sem distinção, é preciso que todos, soldados e civis, se familiarizem com a tática e com os processos de combate dessas tropas. Os soldados para saberem como reagir, os civis para que se não aposses deles o medo que, transformado em pânico, prejudicaria a ação dos primeiros.

As tropas terrestres têm pois de receber instrução que as habilite a lutar com êxito contra as desembarcadas do ar, cujas ações se baseiam na surpresa, na rapidez, na audácia e no mais elevado espírito de sacrifício, visto que, uma vez no solo, já não podem voltar atrás e não têm outra alternativa senão vencer ou morrer.

É preciso inculcar no espírito das tropas terrestres que as desembarcadas do ar, à sua retaguarda, não têm a vitória garantida e que se o moral das primeiras for sólido e estiverem animadas de forte vontade de vencer, as segundas serão incapazes de suportar a prova a que forem submetidas. Basta atacá-las com forte decisão e grande perícia.

As tropas desembarcadas do ar podem realizar desembarques em território inimigo:

- nas proximidades da frente de combate, numa ação de cooperação com as forças terrestres para facilitar a estas a rotura duma frente fortemente organizada, evitando ou dificultando a retirada do adversário, ou a chegada de reforços e abastecimentos, ou

- no interior do território inimigo, bastante longe da frente, para se apossarem de comunicações de interesse estratégico, de órgãos vitais, de instalações industriais, etc., ou ainda,
- em qualquer parte do território, numa ação independente, a fim de estabelecerem uma testa de ponte aérea suficientemente grande que abarque várias zonas de aterragem e proteja o posterior desembarque das GG. UU. terrestres.

No primeiro caso, serão ações de força realizadas com grandes efetivos, em que a finalidade é conquistar uma área de terreno para aí estabelecerem uma testa de ponte aérea onde se conservarão até à chegada das forças terrestres ou a partir da qual avançarão na direção pre-fixa para cumprirem a sua missão.

Tomam parte nesta operação, em geral de início, as tropas pára-quedistas que têm por missão conquistar e conservar a área de terreno necessária para a aterragem do avião de transporte e dos planadores que conduzem as tropas aeroterrestres. As tropas pára-quedistas são, portanto, as G. Av. das aeroterrestres.

Cabe nesta altura informar de que os planadores estão sendo postos de lado e substituídos por aviões a motor de tipo especial, denominados *aviões de transporte de assalto*.

Em certos casos, podem ser utilizadas apenas as tropas pára-quedistas a quem é dada a missão de se apossarem de pontos de passagem obrigatória na retaguarda do inimigo ou de pontos chave da sua organização defensiva, de bloquearem comunicações importantes do inimigo, de constituírem testas de ponte num curso de água, etc.

No segundo caso, serão ações de sabotagem realizadas com efetivos reduzidos. Feitas por surpresa, podem obter um êxito inicial, mas como não podem contar com o apoio das próprias forças terrestres, por se acharem muito longe,

ficam sujeitas, na maior parte dos casos, ao aniquilamento.

Nestas operações tomam parte quase que exclusivamente as tropas pára-quedistas.

No terceiro caso, serão operações de grande envergadura destinadas a estabelecer em território inimigo uma base de operações totalmente servida e abastecida pelo ar.

Nelas são utilizadas as tropas pára-quedistas e aeroterrestres, e, conquistada e consolidada a testa de ponte aérea, nesta desembarcarão Divisões normais transportadas pelo ar.

Em qualquer dos casos, porém, as tropas desembarcadas do ar, a partir do momento do seu contato com o solo, combatem como as tropas clássicas do exército de terra. As suas características são sensivelmente as mesmas destas tropas. É apreciável a sua potência defensiva, mas a ofensiva é um pouco menor por possuírem poucos meios de apoio próprios. No entanto, esta fraqueza é altamente compensada pelo potente apoio que a aviação lhes presta.

Em qualquer dos casos ainda, o comando inimigo tem de escolher o terreno onde as tropas hão-de desembarcar e estabelecer a testa de ponte aérea, de onde partirão para a conquista dos objetivos que lhes foram designados. A sua atuação assemelha-se muito à das tropas anfíbias. Estas começam por conquistar uma testa de praia que abarca um setor de 180°, as aeroterrestres uma testa de desembarque numa frente de 360° e os seus reforços e abastecimentos em vez de virem pelo mar vêm pelo ar.

Destas considerações se pode tirar já a conclusão de que é necessário fazer o estudo prévio do território da Nação, a fim de ficarem bem definidas as zonas de terreno que se prestem a desembarques aéreos, tanto nas proximidades da frente de contacto como no interior, donde resultará a classificação do mesmo território em zonas de possíveis desembarques e zonas passivas.

O problema da defesa das zonas de possíveis desembarques é difícil porque, mesmo no caso de es-

tarem estudadas desde o tempo de paz, não se pode pensar em organizar a defesa de todas elas.

Depois de iniciadas as hostilidades e de se terem definido as frentes da luta, também não é possível defender toda a zona próxima destas frentes, tanto mais que as zonas de desembarque aéreo, para ações em força, devem procurar-se numa profundidade de 100 km da frente de contacto.

Mas se não é possível, também não é necessário, porque nem toda essa zona se presta a desembarques, e nem mesmo as que permitem o estabelecimento duma testa de ponte aérea têm todas o mesmo interesse tático ou estratégico.

As zonas que se prestam a desembarques devem ser razoavelmente planas e terem uma extensão de 700 por 1.000 m para o desembarque dum R.J.; a forma aproximadamente circular e com um raio de 2 a 3 km para o desembarque duma Div.; e de 12 a 15 km de raio para o desembarque dum C.E.

Por outro lado, só interessa considerar aquelas que ofereçam algum interesse tático para o inimigo, desprezando as isoladas, as falhas de comunicações com a frente e com a retaguarda, as que se não encontrem na direção de possíveis ações inimigas; estudando, de preferência, as que se encontram nas direções mais verossímeis do ataque inimigo, as que ameçam os pontos chave da organização defensiva, as que facilitem a progressão inimiga e aquelas que incluam aeródromos organizados ou mesmo em potência.

É a capacidade de resistência dos efetivos desembarcados que determina a distância a que as zonas de desembarque devem ficar da frente, visto que aqueles têm de resistir durante o tempo que as próprias forças terrestres gastem para entrarem em contacto com eles.

Este tempo é, porém, variável com o estado das comunicações e com a resistência do inimigo e não se pode, portanto, determinar com exatidão, mas admiti-se, hoje, que,

a partir da frente de contacto, é preciso estudar e defender:

- numa profundidade de 8 km tôdas as zonas aptas ao desembarque dum R.I., Div. ou C.E.;
- numa profundidade de 6 a 40 km tôdas as zonas aptas ao desembarque duma Div. ou C.E.;
- numa profundidade de 40 a 100 km tôdas as zonas aptas ao desembarque dum C.E.

Para cada situação geral, o Comando Supremo deve determinar os limites entre as zonas próximas da frente de combate e as do interior, dando a defesa de cada uma destas partes a um só comando subordinado.

Cada um destes comandos dividirá, por sua vez, a sua zona em outras menores, cuja responsabilidade caberá a outro comando inferior e assim sucessivamente.

Nesta divisão do terreno apto a desembarques aéreos, não se procurará a uniformidade na extensão das zonas atribuídas a um mesmo tipo de unidade. Os efetivos que a cada uma se destinam são função do perigo, da importância dos objetivos nela situados e das possibilidades defensivas naturais de cada uma.

E como se defendem essas prováveis zonas de desembarque aéreo?

A base da defesa contra desembarques aéreos está na oportunidade com que se acorra a fazer-lhes frente, visto a vitória pertencer ao partido que mais rapidamente concentrar as suas forças e logre a superioridade de meios.

A primeira precaução defensiva é portanto a eliminação da surpresa e para tal a medida mais simples é a vigilância do espaço aéreo que o inimigo possa utilizar para chegar às zonas de desembarque.

Há, pois, que manter sob vigilância aérea, as prováveis zonas de desembarque a fim de obter a informação necessária para fazer entrar em ação com oportunidade as forças destinadas à sua defesa.

Esta vigilância, que deve ser completa e contínua, tanto de dia como de noite, e completada com um serviço de informação rápido e seguro, pode obter-se com a organização dum Serviço de vigilância e alarme aéreos que deve dispor de aparelhos de radar, mas sem desprezar a observação visual direta nos terrenos acidentados para detectar os vóos rasantes dos aviões.

A vigilância aérea tem uma importância enormíssima porque todo o desembarque aéreo é precedido dum reconhecimento intenso do terreno. Nestas condições, se a observação funcionar bem, ficamos sabendo quais as zonas que mais insistentemente são reconhecidas e fotografadas pelo inimigo e logo que se dá conta deste aumento de atividade alertam-se as forças da defesa.

A iminência do desembarque é ainda denunciada porque, em geral, a aviação inimiga também o prepara por meio de fogos lançados sobre as defesas por ela anteriormente reconhecidas e principalmente sobre as armas de defesa antiaéreas.

Para a defesa das zonas de possíveis desembarques aéreos mais importantes, isto é, nos pontos chave do sistema defensivo normal, nos pontos fortes que dominem as prováveis zonas de aterragem, nos pontos em que as tropas aeroterrestres poderiam cortar as principais linhas de comunicação e reabastecimento, nos locais que ameacem de envolvimento as linhas da frente e, normalmente, só nestas zonas, constituem-se destacamentos de defesa fixa.

As posições que estes destacamentos ocupam serão devidamente organizadas de modo a que os possíveis campos de aterragem fiquem sujeitos aos fogos das armas e sejam protegidas por obstáculos e campos de minas.

Os efetivos a elas destinados deverão ser os suficientes para conter, até à chegada de outras forças próprias, a unidade que possa desembarcar no terreno que têm a seu cargo defender, defesa que

deverá ser levada até ao sacrifício. Podem variar, em cada zona, de um B.I. a uma Div., segundo o número e extensão das zonas de aterragem existentes, os prováveis objetivos do desembarque, a rede de comunicações, a mobilidade e a potência de fogo de que dispõem. A título de orientação podemos dizer que a extensão normal da zona de ação dum B.I. é de um quadrado de 5 a 8 km de lado; a de uma Div. um quadrado de 50 a 70 km de lado.

Nas zonas de grande extensão, as unidades de defesa fixa devem organizar, com os seus meios motorizados, reservas móveis destinadas a restabelecer ou manter a integridade dos pontos ameaçados até à chegada de reforços.

As posições devem ser perfeitamente mascaradas para evitar que o inimigo, descobrindo-as, as aniquile com a sua aviação de bombardeamento antes de utilizar as zonas de desembarque.

Mas além destas forças, deve haver *destacamentos móveis*, dotados de grande mobilidade que lhes permita concentrarem-se rapidamente sobre qualquer zona de desembarque próxima.

Se o inimigo desembarca na zona onde se encontra o destacamento, este deve atacá-lo para se opor à sua ação, ou, em último caso, far-lhe a frente até à chegada de outras forças.

Se o inimigo desembarca numa zona afastada, logo que para tal receba ordem, o destacamento vai estabelecer o contacto com o inimigo e atacá-lo, procurando infiltrar-se no interior da testa de ponte, ou, se o não conseguir, resistirá. No caso de haver posições fixas, estabelece a ligação entre elas e atuará em ligação, também, com elas.

Estes destacamentos devem dispor de Artilharia bastante móvel e veloz, de tropas de Engenharia e de carros, que são o pior inimigo das tropas desembarcadas do ar, tanto pela sua potência intrínseca como pela falta de meios de defesa contra eles com que aquelas, em geral, se encontram. Devem eles procurar combater por infil-

tração e cair no interior da testa de ponte.

Na zona do interior é mais difícil a defesa porque nunca se poderá dispor de tropas suficientes para ocupar todos os pontos que possam ser alvo das tropas desembarcadas do ar, e, assim, só alguns pontos de importância vital poderão ter defesa própria.

Nesta zona a vigilância aérea pode ser completada com civis para o que em cada aldeia, povoação ou casal, se escolhem os homens mais idóneos, física e moralmente, que terão a seu cargo este serviço depois de terem recebido instrução apropriada para o efeito e que não precisa ser muito profunda. Basta que eles saibam distinguir os vários tipos de avião e estes dos planadores, e saibam dizer o que viram (um ou tantos aviões de marca tal e tantos planadores), como viram (altura e direção do voo), onde viram (vertical de tal lugar) e quando (hora), e, depois saibam ainda a quem e como transmitir esta observação.

Desta forma não só se evita que possa passar despercebido qualquer desembarque aéreo, como ainda se pode anular a surpresa.

A população civil deve ser industriada nessa espécie de luta e ficar sabendo que as tropas desembarcadas do ar necessitam sempre de transportes, alimentos, informações, e, por vezes, de assistência médica, para que lhe possam negar sempre estes auxílios.

Nesta zona, onde nunca se poderá dispor de muitos efetivos de tropas de defesa, têm de ser organizados, também, *destacamentos de defesa fixa*, mas só nos pontos de interesse vital que devem ter defesa própria, completada com defesa anti-aérea.

Deve, porém, poder dispor de *destacamentos móveis*, colocados em pontos estratégicos, mas que possam deslocar-se rapidamente sobre qualquer zona de desembarque, para o que terão de estar em ligação permanente com a rede de observação.

Para cada zona de desembarque devem ser estudados a organização, os movimentos e o emprego dos

vários destacamentos móveis que, vindos de diferentes pontos, devem constituir-se em agrupamentos.

Se a superioridade de meios, na zona de desembarque, está do nosso lado, a vitória é inequívoca, para o que basta atuar de forma violenta e com meios suficientes contra o núcleo principal e mais forte do inimigo, procurando dispersar a sua ação e limpar depois cada um dos seus focos.

Se se não contar, inicialmente, com a superioridade de meios, começa-se então por estabelecer e manter o contacto com o inimigo para o localizar e determinar a sua potência, e, alertam-se, sem perda de tempo, as unidades das zonas mais próximas que à medida que vão chegando completam o cerco do inimigo, apoiando-se nas posições de defesa fixa que são ligadas pelas tropas móveis, as quais conquistam os observatórios que dominam a zona de desembarque, por meio, se necessário, de ações locais e violentas, cegando com fogos aqueles que não puderem ser ocupados.

Detido assim o inimigo e obtida a superioridade de meios, lança-se o contra-ataque, depois de devidamente preparado, para o que se escolhe um compartimento de terreno bem definido que proteja dos fogos laterais e que conduza ao coração da testa de ponte aérea.

As forças que mantêm o cerco, intervêm no ataque não só com fogos mas também com pequenas ações locais para impedirem que o inimigo se lance contra os flancos do contra-ataque, e, desta forma, se vai reduzindo pouco a pouco a zona ocupada pelas tropas desembarcadas.

Como o inimigo dispõe de superioridade aérea, esta ação tem de ser feita com cautela.

Em geral, detido o inimigo, mantem-se o contacto com ele durante o dia, aproveitando-se a noite para concentrar e dispor as tropas destinadas ao contra-ataque que é lançado na manhã seguinte.

As forças destinadas a esta defesa devem ter uma organização especial e serem dotadas com nu-

merosas armas pesadas e forte defesa antiáerea a fim de poderem obter, sobre as desembarcadas do ar, forte superioridade de fogo.

A sua instrução deve também ser bastante cuidada de modo a criarlhes um elevado espírito de agressividade.

Muito haveria ainda a dizer sobre este assunto, mas não quero abusar da paciência de V. Excias, e, por isto dou por terminada esta comunicação que não passou, afinal, de uma palestra fastidiosa e desaviada.

A intenção que, porém, me animou foi a de chamar a atenção para um problema que muito interessa à preparação da Nação para a guerra e que me parece de grande oportunidade, dada a situação em que atualmente nos encontramos, derivada dos nossos compromissos internacionais, e que nos poderá forçar a termos de fazer frente à ação de tropas desembarcadas do ar no nosso território.

Obriga-nos isto, portanto, a organizar a nossa defesa contra desembarques aéreos e conseqüentemente:

- o nosso E.M. a fazer um estudo detalhado do nosso território a fim de fixar as zonas que se prestam a desembarques aéreos e a classificá-las depois pelo seu valor;
- o Alto Comando, a fixar aquelas zonas que, pelo seu interesse estratégico, económico ou político, devem ter defesa fixa, e, a estudar a localização dos destacamentos de defesa móvel;
- a instruir devidamente o Exército sobre esta espécie de luta;
- a estudar o papel que nesta defesa cabe à Legião Portuguesa e a dar a esta organização a devida instrução;
- a preparar, psicologicamente, a população civil e a familiarizá-la com esta espécie de luta.

Agradecendo a V. Excias a benevolência com que me escutaram, a todos peço-me desculpem.

Disse.